



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10120.003082/2002-10

Recurso nº : 128.027

Acórdão nº : 203-11.347

MF-Segundo Conselho de Contribuintes
Publicado no Diário Oficial da União
de 30/09/07

Rubrica

2^o CC-MF
FL
1444

Recorrente : ARATU ESTACIONAMENTO ROTATIVO
Recorrida : DRJ em Brasília - DF

PIS. O prazo decadencial das contribuições que compõem a Seguridade Social - entre elas o PIS - extingue-se no prazo de dez anos, nos termos do art. 45 da Lei nº 8.212/91.

Recurso negado

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por:
ARATU ESTACIONAMENTO ROTATIVO.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, pelo voto de qualidade, em negar provimento ao recurso, face à decadência. Vencidos os Conselheiros Cesar Piantavigna, Sílvia de Brito Oliveira, Valdemar Ludvig e Dalton Cesar Cordeiro de Miranda que davam provimento parcial, por considerar decaídos os períodos anteriores a maio de 1997.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 2006.

Antônio Bezerra Neto
Antônio Bezerra Neto
Presidente e Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Emanuel Carlos Dantas de Assis, Odassi Guerzoni Filho e Eric Moraes de Castro e Silva.

Eaai/

MIN. DA FAZENDA - 2.º CC
CONFERE CORR. ORIGINAL
BRASÍLIA 30/11/2006
VISTO



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

2ª CC-MF

Fl.

4452

Processo nº : 10120.003082/2002-10

Recurso nº : 128.027

Acórdão nº : 203-11.347

Recorrente : ARATU ESTACIONAMENTO ROTATIVO

RELATÓRIO

O presente processo trata de Auto de Infração, de fls. 77 a 89, lavrado em 06/05/2002, decorrente de falta de recolhimento da contribuição para o Programa de Integração Social - PIS, no período de 1993 a 2001, no valor de R\$ 1.001,66.

A empresa apresentou manifestação de inconformidade, de fl. 93, na qual alegou e fundamentou, em síntese, que:

A empresa foi autuada em 05/02/2002, depois de apresentar aos auditores fiscais os documentos necessários para a devida fiscalização.

Segundo a verificação fiscal dos auditores foi determinado o recolhimento das obrigações tributárias pelo contribuinte em período que pela Legislação Tributário, já ocorreu a decadência é contado do momento em que surge o fato jurídico.

Ficou constatado erro na forma de entrega da DIRPJ, embora a empresa não foi notificada na época, sem que a Fazenda Pública tenha se pronunciado, considerando homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito tributário.

Entendemos que se a lei não fixar prazo à homologação, será ele de 05 (cinco) anos, sempre levando em conta o momento da ciência da Administração da ocorrência do fato tributário, conforme Art. 173, I do CTN que se deve ser interpretado juntamente com o seu Art 150 § 4º.

Em decisão de fls. 116 a 120, a DRJ em Brasília - DF, por unanimidade de votos, indeferiu a solicitação da interessada e considerou o lançamento procedente, sob os argumentos de que em se tratando de contribuições sociais para o financiamento da segurança social, o direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário pelo lançamento se extingue em 10 anos contados do primeiro dia do exercício seguinte a aquele crédito, art. 45 da Lei 8.212/1991.

Irresignada com a decisão de primeira instância, a interessada, às fls. 135 a 136, interpôs Recurso Voluntário tempestivo a este Conselho de Contribuintes, onde refutou os argumentos apresentados pela DRJ, reafirmou os tópicos trazidos anteriormente na impugnação e apresentou também jurisprudências que confirmam o seu entendimento.

É o relatório.

By

MIN DA FAZENDA - 2.º CC
CONFERE COM O ORIGINAL
BRASILIA 30/11/06
<i>[Assinatura]</i>
VISTO



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

2º CC-MF

Fl.
4461

Processo nº : 10120.003082/2002-10

Recurso nº : 128.027

Acórdão nº : 203-11.347

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR
ANTONIO BEZERRA NETO

O recurso preenche as condições de admissibilidade e dele tomo conhecimento.

Como relatado, a Recorrente pede a aplicação do prazo decadencial de cinco anos, na forma do § 4º, do art. 150 c/c art. 173, I do CTN.

Sendo o PIS Contribuição sujeita ao lançamento por homologação, o prazo para extinção do direito de a fazenda Pública constituir o crédito é definido pelo § 4º do art. 150 do CTN, que via de regra o fixa em 5 anos.

"Art. 150. O lançamento por homologação (...)"

§ 4º Se a lei não fixar prazo à homologação, será de 5 (cinco) anos, a contar da ocorrência do fato gerador, expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação."
(grifei)

Porém da simples leitura do § 4º, verifica-se que o CTN, em verdade, também faculta à lei a prerrogativa de estipular prazo diverso, maior ou menor, para a ocorrência da extinção do direito da Fazenda Pública.

Dessa forma, deve-se aplicar à Contribuição para o PIS as regras gerais das Contribuições para a Seguridade Social, que estão dispostas na Lei nº 8.212/91.

Sobre decadência, dispõe o art. 45, I da Lei nº 8.212/91, *verbis*:

"Art. 45. O direito da Seguridade Social apurar e constituir seus créditos extingue-se após 10 (dez) anos contados:

I – do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o crédito poderia ter sido constituído."

E não se venha alegar que o PIS não estaria abrangido pelo prazo de dez anos previsto na referida Lei, vez que este diploma não mencionaria expressamente predita contribuição social, senão vejamos.

O PIS classifica-se como Contribuição para a Seguridade Social. Nesse sentido manifesta o Excelentíssimo Ministro do Supremo Tribunal Federal, Dr. Carlos Veloso, no voto do julgamento do RE nº 138284-8/CE:

"O PIS e o PASEP, passam, por força do disposto no art. 239 da Constituição, a ter destinação previdenciária. Por tal razão, as incluímos entre as contribuições de seguridade social. Sua exata classificação seria entretanto, ao que penso não fosse

MIN. DA FAZENDA - 2.º CC

CONFERE COM O ORIGINAL

BRASÍLIA 30 / 11 / 06

[Assinatura]

VISTO



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

2º CC-MF

Fl.

JH Y J

Processo nº : 10120.003082/2002-10

Recurso nº : 128.027

Acórdão nº : 203-11.347

a disposição inscrita no art. 139 da Constituição, entre as contribuições sociais gerais."

Confirma essa tese o fato de que, nos termos do 239 da Constituição Federal, a contribuição para o PIS destina-se ao financiamento do abono salarial e do seguro desemprego, que são atribuições da previdência social, nos termos do art. 201, incisos III e IV da Constituição Federal, *in verbis*:

Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

(...)

III - proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

IV - salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

Outrossim, o PIS é uma contribuição social incidente sobre o faturamento, que é uma das bases de financiamento da seguridade social, *ex vi* art. 195, da Carta Magna. Portanto, o art. 45 da referida Lei inclui também nesse prazo o PIS.

Observa-se, também, que esse entendimento está em consonância com o art. 146, III, "b", da Constituição Federal de 1988, uma vez que o CTN dispõe sobre normas gerais em matéria de decadência, ao passo que a Lei nº 8.212, de 1991, contém normas específicas, expressamente previstas no § 4º do art. 150 do CTN.

Roque Antônio Carrazza leciona nesse sentido, quando afirma que à lei de normas gerais não cabe fixar prazos decadencial e prescricional.

*"... a lei complementar, ao regular a prescrição e decadência tributárias, deverá limitar-se a apontar diretrizes e regras gerais (...) Não é dado, porém, a esta mesma lei complementar entrar na chamada 'economia interna', vale dizer, nos assuntos de peculiar interesse das pessoas políticas. (...) a fixação dos prazos prescricionais e decadenciais depende de lei da própria entidade tributante. Não de lei complementar. (...) Falando de modo mais exato, entendemos que os prazos de decadência e prescrição das 'contribuições previdenciárias', são agora, de 10 (dez) anos, a teor, respectivamente, dos arts. 45 e 46 da Lei nº 8.212/91, que, segundo procuramos demonstrar, passam pelo teste de constitucionalidade." (Apud Leandro Paulsen, *Direito Tributário. Constituição e Código Tributário à luz da Doutrina e da Jurisprudência*, 6. ed. Ver. Atual., Porto Alegre, Livraria do Advogado, ESMAFE, 2004, p. 1182)*

Por seu turno, vale acrescentar que o Decreto nº 4.524, de 17 de dezembro de 2002 (DOU de 18/12/2002), que regulamenta a Contribuição para o PIS/PASEP e a COFINS devidas pelas pessoas jurídicas em geral, reza:

Cej

MIN. DA FAZENDA - 2.º CC	
CONFERE COM O ORIGINAL	
BRASÍLIA 30/11/2002	
VISTO	



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

2^o CC-MF

Fl.

148

Processo nº : 10120.003082/2002-10

Recurso nº : 128.027

Acórdão nº : 203-11.347

"Art. 95. O prazo para constituição de créditos do PIS/Pasep e da Cofins extingue-se após 10 (dez) anos, contados (Lei nº 8.212, de 1991, art. 45):

I – do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o crédito poderia ter sido constituído;".

Dessa forma, verifico que não houve a decadência dos créditos da Contribuição para o PIS relativos aos períodos de 1993 a 2001, já que a Contribuinte teve ciência do Auto de Infração em 13/05/2002, antes do prazo de dez anos do art. 45, I, da Lei nº 8.212/91.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 2006.

Antônio Bezerra Neto
ANTONIO BEZERRA NETO

